

Plano Diretor beneficia DF

Ivelisse Longhi *



Durante 34 anos de existência, Brasília, cidade planejada, superou as expectativas de seus planejadores em todos os aspectos. O crescimento, mesmo intenso, não pode ser considerado desordenado. A princípio era apenas o Plano Piloto, depois surgiram outras cidades geradas sobre diretrizes embrionárias do atual Plano Diretor de Ordenamento Territorial — PDOT — aprovado em 1992, com a Lei Nº 353/92, que tem como objetivo gerenciar o uso e ocupação do solo, através de um órgão responsável e definitivo. Com o PDOT, nasceu o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal — IPDF. Até então o gerenciamento foi feito por vários órgãos iniciando-se com a Novacap, quando da implantação de Brasília.

Responsável pela implementação do PDOT, o Instituto carrega em sua gama de competência realizar, ainda, o Plano-Diretor Local em cada cidade-satélite. Para isto, atualmente estão sendo desenvolvidas diversas ações voltadas para a revisão do Plano Diretor, como um todo,

atualizando, inclusive, os mapas das Regiões Administrativas, em consequência, a partir da edição da Lei Nº 353, da criação de sete novas regiões.

Em outubro de 1993, realizou-se o Fórum de Debates sobre Instrumentos de Política Urbana aplicáveis do DF. A criação desses instrumentos é indispensável para o controle do uso do solo. Logo após o Fórum, o IPDF começou a elaborar os Planos-Diretores Locais, com a ajuda das Administrações Regionais e da comunidade. Sobradinho é a primeira cidade a ser beneficiada com esse Plano. Foram feitos questionários e audiências públicas na satélite. Técnicos do Instituto, depois de ouvir a comunidade e de fazer um retrato de Sobradinho, através da atualização do mapa, fotos, e pesquisas do solo e sua ocupação, elaboraram agora um diagnóstico da cidade, para apontar suas tendências de crescimento, permitindo ao governo antecipação das ações, com revisões de normas, implantação de parcelamentos nas zonas de expansão urbana e ainda manter controle nas áreas

O IPDF começou a elaborar os Planos-Diretores Locais, com a ajuda das administrações regionais e da comunidade.

que precisam ser preservadas. Esse diagnóstico vai ser apresentado à comunidade daquela vila satélite, em audiência pública, no próximo mês.

Quem ganha com isso é a população, que além de garantir a qualidade de vida, tem ainda os diretos de cidadão assegurados, com a definição de áreas para o lazer, parques, sistema viário eficiente.

Hoje, o IPDF se encontra diante de grandes desafios. Em primeiro lugar conquistar a confiança da comunidade, já que o órgão existe para atender as necessidades e garantir o bem-estar da população, utilizando técnicas e a experiência de longos anos. Outro desafio é zelar por e preservar o que há nas cidades. Brasília, orgulhosamente, integra o rol dos Patrimônios Culturais da Humanidade. O IPDF, como guardião desse patrimônio que foi tombado, precisa mantê-lo e ao mesmo tempo responder pelo seu crescimento, já que se trata de um organismo vivo cujas necessidades sofrem mudanças constantes.

* diretora-presidente do IPDF